

Mesa Redonda Coordenada pela Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED  
**“EAD como Propulsora da Inclusão Social”**

**Participantes:**

**Fred Litto** – Presidente da ABED (Coordenador da Mesa Redonda)

**Silvio Meira** – Cientista, Empresário e Prof. FGV-RJ

**Marcos Formiga** – UNB CEAM, NFuturos

**Cleunice Matos Rehem** – Assessora SESu/MEC

## **EaD na Educação Superior como Propulsora da Inclusão Social: Possibilidades & Desafios**

Uma meta altamente desafiadora está posta ao Brasil na educação superior: elevar, até 2024, a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público (Lei 13.005/2014 – PNE 2014-2024).

Os números que o país registra atualmente na educação superior ainda são críticos em termos de acesso, permanência e êxito, mesmo com os extraordinários esforços governamentais da última década para alterar o quadro histórico.

A distância entre onde estamos e onde temos de chegar significa incluir na educação superior mais 4 milhões de estudantes até 2024, além do crescimento regular anual das matrículas. Para alcançar a meta estabelecida por lei, há que ser feito um esforço grandioso para aumentar o acesso e incluir o contingente esperado de estudantes. Pelos meios tradicionais – ensino presencial - sabe-se que tal intento não seria possível, considerando a profundidade e extensividade de fatores como: dimensões territoriais do país, a acessibilidade a regiões longínquas, a inexistência de recursos humanos qualificados em todos os municípios, as assimetrias regionais, a desigualdade de oportunidades, altos custos da oferta presencial, dentre outros.

Constata-se um paradoxo na oferta da educação superior no Brasil: esse nível educacional, que é destinado a pessoas com muito mais autonomia intelectual que as crianças do nível que lhe antecede, tem a centralidade da oferta majoritariamente presencial (83% presencial contra 17% a distância). Pode-se atribuir tal realidade a fatores como a tradição de oferta, a discriminação preconceituosa e/ou desconhecimento de formas inovadoras e já universais de fazer aprender com mediação da tecnologia, dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos, falta de qualificação de pessoal para novas metodologias de aprendizagem, cobertura insuficiente de banda larga e satélite, dentre outros. Muito provavelmente tais fatores vêm cristalizando essa realidade. Os rompimentos ainda são tênues, face ao desafio.

A Educação a Distância, aberta e flexível, que se configura como metodologia de aprendizagem apoiada fortemente por tecnologias desenvolvidas e disseminadas mundo afora, tem potencial fartamente comprovado de ampliar as fronteiras do conhecimento, de chegar às pessoas, independentemente do local e tempo em que estejam. Sua escalabilidade possibilita alcançar milhões de pessoas a um só tempo, com custos crescentemente reduzidos e qualidade assegurada.

É reconhecido que as estatísticas da educação superior no Brasil apontam para crescente ampliação de matrículas, para elevação do número de IES, tanto públicas como privadas, para aumento de concluintes e para redução gradativa da idade média de acesso. Ao lado disso, contudo, o número de municípios brasileiros sem acesso a nenhum tipo de oferta de educação superior é exageradamente

alto, o que representa um indicativo, expressivo *per si*, da exclusão de parcela considerável da população do acesso ao ensino superior e que, além disso, não pode estudar na localidade em que mora, precisando deslocar-se para centros urbanos maiores o que dificulta a fixação no interior e impacta no desenvolvimento local e regional. Isso afeta, sobretudo, as camadas mais pobres da população e produz mais desigualdades.

Outra particularidade a destacar da realidade brasileira é a ausência de uma universidade aberta e flexível, na contramão do que países comprometidos com soluções para a superação das desigualdades sociais dispõem há muito tempo - é o único país do mundo com população acima de 100 milhões de habitantes que não dispõe de uma universidade para EaD realmente aberta e flexível, com potencialidade para contribuir decisivamente para a inclusão social e democratização do acesso ao conhecimento. Foi criado em 2005, no Brasil, um 'sistema' integrado por universidades públicas, denominado Universidade Aberta do Brasil, para a oferta de educação superior a distância com o propósito de oferecer cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária. Entretanto, esse arranjo foi organizado por características tradicionais, com entradas inflexíveis, limitações no alcance e com oferta majoritária para a formação de professores, não reunindo as características de universidade aberta e flexível de fato. As características desse modelo são equivalentes à configuração de uma **rede** de universidades públicas para oferta de cursos superiores por EaD, a partir de editais públicos lançados por meio da instituição coordenadora dessa rede nacional. Entretanto, para o cumprimento da meta do PNE, seria útil e urgente a revisão profunda e a adequação desse modelo, tomando como possível inspiração a Open University da Índia que possui cerca de 3.5 milhões de estudantes, fortemente comprometida com a inclusão social dos indianos.

A EaD, beneficiária direta da revolução trazida pela Internet e demais avanços tecnológicos, responde plenamente ao perfil da clientela que é objeto maior da meta: os jovens de 18 a 24 anos (das 11.8 milhões de matrículas para 2024, 7.8 milhões deverão ser de jovens de 18 a 24 anos). Esses são oriundos das gerações tecnológicas – a geração “Y” e a geração “Z” - jovens que se comunicam naturalmente por meio das tecnologias e com elas têm grande familiaridade para explorar e aprender, inclusive por autogestão. E a população mais madura também já vem gradativamente se inserindo nas tecnologias, como indicam pesquisas nessa área e os números dos matriculados e concluintes por EaD. Então, a equação para o alcance da meta estaria indicada: ***ES + EaD = Jovens e Adultos incluídos.***

Seria fácil a solução dessa equação? Claro que não, considerando os desafios a superar, sobretudo, em relação a: cobertura por satélites e banda larga, apropriação de recursos tecnológicos e pedagógicos específicos para a aprendizagem mediada por tecnologias, capacitação de professores, tutores, disponibilidade de recursos financeiros, mobilização social, adequação regulatória para a oferta *on line*, garantia de qualidade e diversificação da oferta, aumento da oferta pública, criação de uma real **universidade pública aberta e flexível para o Brasil.**

A par de tudo isso, como demonstrado, o mecanismo para democratizar o acesso em larga escala e promover a inclusão de milhões de brasileiros na educação superior, no tempo exigido, está disponível – **EaD aberta e flexível.** O desafio é ampliar exponencialmente a participação da EaD nas matrículas da educação superior! Para tanto, um requisito urgente, visando a apropriação e uso massivo dessa metodologia, impõe-se: celeridade em decisões ousadas, precisas e inovadoras.

**Cleunice Rehem**

Brasília 29.06.2016